

<b>Evento</b>	Reunião do Comitê Gestor Regional do PJe
---------------	--

<b>Data</b>	16/12/2019	<b>Horário</b>	10h30	<b>Local</b>	Sala de Reuniões da Presidência
-------------	------------	----------------	-------	--------------	---------------------------------

<b>Presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desembargador Luiz Antonio Lazarim;</li> <li>- Desembargador Claudinei Zapata Marques;</li> <li>- Desembargadora Luciane Storel;</li> <li>- Cristiane Montenegro Rondelli, Juíza Auxiliar da Presidência;</li> <li>- Lúcia Zimmermann, Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional;</li> <li>- Renato Sant'Anna, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa;</li> <li>- Fabio Vieira - Procurador do Trabalho;</li> <li>- Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário;</li> <li>- Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;</li> <li>- Edson Lacir Donadon, Secretário Judiciário;</li> <li>- Paulo Sérgio Salvador, Diretor de Secretaria da VT Santa Bárbara d'Oeste;</li> <li>- Cláudio Aparecido Vieira, Diretor/Secretário-Geral da Subseção da OAB em Campinas.</li> </ul>
------------------	--

<b>Assunto</b>	Reunião Periódica do Comitê Gestor Regional do PJe
----------------	--

<b>Pauta</b>
--------------

- Proad 24269/2019 - Módulo GPREC
- Proad 21900/2019 - Projeto GEMINI
- Proad 26622/2019 - Convênio Secr. Segurança Pública de São Paulo
- Proad 27935/2019 - Versão 2.5.0 do PJe
- Proad 28207/2019 - Convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas
- Assuntos Gerais

<b>Reunião</b>
----------------

O Excelentíssimo Desembargador Coordenador do Comitê, Luiz Antonio Lazarim, saudando os presentes e agradecendo pelo comparecimento, passou à análise de vários itens.

1. Proad 24269/2019 - Foi deliberado que o módulo pode ser implantado em ambiente de produção e que a SETIC, juntamente da Assessoria de Precatórios, devem resolver o necessário para viabilizar o uso desse módulo.

2. Proad 21900/2019 - Projeto GEMINI - Herbert esclareceu como é o projeto acerca da pesquisa textual, que será implementado ao menos para o segundo



grau. A base do primeiro grau é muito grande e não poderia ser feita neste momento, porque depende de mais estrutura. O projeto é visto com um potencial muito grande de benefícios para a aceleração dos procedimentos relacionados aos processos, podendo gerar ganho de produtividade em todo o processo de trabalho. Serão inicialmente utilizados 5 gabinetes para teste. Dr. Lazarim achou uma excelente ferramenta para distribuição de serviços dentro dos gabinetes. Ainda é um projeto piloto. Provavelmente será um grande projeto no ano de 2020.

3. Proad 26622/2019 - Convênio Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - A Dra. Lúcia esclareceu que o estudo da Corregedoria conclui ser desnecessário e opinou pelo arquivamento, o que foi acolhido.

4. Migração – Paulo Almeida esclareceu sobre os processos ainda pendentes no primeiro grau e que as Varas já estão saneando. Por conta dos processos no segundo grau, não será possível o selo 100%. Dr. Lazarim reforçou a necessidade de saneamento das execuções no primeiro grau, solicitando à Corregedoria para solicitar as informações. Dra. Lúcia apresentou a relação de algumas varas que ainda possuem processos físicos na execução. Herbert solicitou a proposta de migração de 100% até março, em razão dos dados para alimentar no e-Gestão, se esse saldo for efetivamente reduzido. Sugestão para saneamento do e-Gestão - Comunicado da Presidência para utilizar o período do recesso estendido para concluir as migrações, principalmente dos processos de execução. Dra. Luciane Storel sugeriu que o Comunicado seja muito específico com os passos a cada Vara. A Presidência vai encaminhar o Comunicado para as varas.

5. Proad 27935/2019 - Versão 2.5.0 do PJe - Herbert esclareceu que a versão 2.5.0 de produção foi liberada, sugerindo que sejam realizados os testes pela Corregedoria (1º grau) e Núcleo de Apoio ao PJe (2º grau), até o final de janeiro, verificando se a versão está apta a entrar em produção em fevereiro, data marcada pelo CSJT para este Regional. Esclareceu ainda que, por conta do plenário eletrônico, talvez não seja possível sua implementação no ambiente de produção do Tribunal, situação esta que deve se definir no começo de fevereiro também. Após discussão entre os presentes, o Comitê deliberou que a SETIC coloque essa versão em ambiente de homologação e avise a Corregedoria e o Núcleo de Apoio para que iniciem os testes imediatamente.

6. Proad 28207/2019 - Convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas - Inicialmente é necessário verificar se a prefeitura se utilizará do padrão MNI utilizado pelo MPT e se o Comitê Nacional em Brasília autoriza que seja seu uso estendido a todos. Depois disso, será verificada a possibilidade com a Procuradoria do Estado. Deliberou-se ainda que, como contrapartida do uso do MNI, as partes deverão aceitar receberem suas notificações pelo painel existente no sistema.

7. Plenário virtual - Plenário eletrônico e Secretaria eletrônica. Por enquanto, não há previsão para plenário virtual, mas sim o plenário eletrônico e o sistema inaugurado em 10/12/19 é muito bom. Com a padronização dos textos, acaba sendo mais produtivo. Em fevereiro, a 9ª Câmara vai fazer uma sessão com mais processos e com todos os desembargadores, para apresentar o funcionamento do

sistema. O sistema será utilizado no presencial e, com o tempo, as demais Câmaras podem utilizá-lo. Depois que o sistema funcionar bem, o plenário virtual começará a ser implantado. Paulo Almeida acompanhou a implantação do sistema e disse que facilitará muito o trabalho das secretarias. Dr. Lazarim lembrou que uma das metas é zerar o acervo das secretarias, o que planeja para ter seu início no mês de agosto de 2020. Disse ser importante a realização semanal das sessões e que as formas de trabalho devem ser alteradas, para permitir a implantação em todo o Tribunal. A programação é haver, a partir de março, a implantação em todas as Câmaras. A ferramenta de ligação entre plenário eletrônico e virtual deve ser criada com as adaptações para os Regionais.

8 - Ministério Público - reforçou o convite para a SETIC e Dr. Lazarim para uma visita ao MPT.

9 - OAB - o pedido para participação dos cursos do PJe Calc dos advogados. O prazo para uso do sistema foi adiado para julho. Sugestão do Dr. Lazarim de solicitar a peritos calculistas para participarem dos cursos, como José Renato e Pedro Tomazi. O aprimoramento do sistema poderá ser utilizado até mesmo para as sentenças líquidas. Com uma ferramenta simples, poderá ser utilizado por todos. Dr. Cláudio parabenizou a condução do Comitê pelo Dr. Lazarim.

10 - Paulo Almeida apresentou demanda do Núcleo do PJe - cadastro de órgãos públicos de entes autônomos -, já apresentada no Jira e cuja resposta não foi satisfatória. Não há indicativo do que fazer - cadastro está sendo feito sem CNPJ. A Vara tem que cadastrar adequadamente com o CNPJ do ente e não da prefeitura. Herbert falou que vai estudar uma solução e apresentar na próxima reunião.

11 - Herbert - continua desenvolvendo a versão do EXE15 para inclusão no módulo 2.5. Apresentou seus agradecimentos pelas realizações do ano e votos de feliz natal e bom ano.

12 - Dr. Lazarim encerrou a reunião, reafirmou a importância da Justiça do Trabalho e a necessidade de modernização dos sistemas de trabalho. Agradecimento aos membros do comitê.

Próxima reunião: fevereiro/2020

Não havendo outras questões, encerrou-se a reunião às 12h00.

Ata preparada por Cristiane Montenegro Rondelli

Em 16/12/2019



Luiz Antonio Lazarim  
Desembargador Presidente do Comitê

